



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Atenuar os prejuízos materiais através do aumento da capacidade de prevenção de catástrofes das pequenas e médias empresas das zonas baixas da cidade

Depois de Macau ter sido atingido pela tempestade tropical Hato, a passagem do tufão Mangkhut pelo território continuou a provocar graves inundações nas zonas baixas da cidade, designadamente, nas zonas do Porto Interior, da Praia do Manduco e do Fai Chi Kei, muito devido à demora registada na realização de obras de infra-estruturas para a prevenção de cheias pelo Governo da RAEM. Mesmo tendo as autoridades lançado uma semana antes o alerta de subida do nível das águas, e activado o “Plano de evacuação das zonas baixas em situações de ‘Storm Surge’ durante a passagem de tufão” da estrutura da protecção civil, muitas pequenas e médias empresas (PME) situadas nas zonas baixas não conseguiram escapar das inundações. Em consequência, houve um estabelecimento de comida que, ainda em fase experimental da sua actividade, registou prejuízos avaliados em 200 mil patacas, e outros restaurantes de menor dimensão que, menos de uma semana depois de terem começado a actividade, tiveram prejuízos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

estimados, no mínimo, em 100 mil patacas. Além disso, houve também um supermercado situado numa cave que ficou totalmente inundado, registando-se, por conseguinte, danos substanciais....

Segundo revelaram as PME afectadas pelas inundações, algumas delas já tinham instalado comportas de água ou participaram no “Plano de apoio financeiro a pequenas e médias empresas para a instalação de comportas de prevenção de inundações e de bombas de água”. Porém, continuaram as inundações em alguns desses estabelecimentos comerciais, pelo facto de a altura das comportas não ser suficiente, ou devido à água vinda das infiltrações das comportas ou dos muretes que foram instalados. O fenómeno mais frequente foi a inundação originada pelo refluxo da água do mar nas sarjetas, nos esgotos e nas casas de banho, de forma que, mesmo com o funcionamento normal das comportas instaladas, os estabelecimentos comerciais ficaram ainda assim inundados. Por outro lado, a instalação das comportas de protecção contra a entrada de água foi apontada por algumas PME como um factor que terá dificultado o escoamento dos refluxos. Na opinião de muitas PME afectadas pelas cheias, apesar da melhoria registada nos trabalhos de alerta e de evacuação realizados pelas autoridades, foi impossível retirar desses estabelecimentos os aparelhos e utensílios de maior dimensão e, mesmo que conseguissem fazê-lo, não havia espaço para a sua colocação provisória, visto que os estabelecimentos funcionam apenas no rés-do-chão.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Nestes termos, no uso das competências de fiscalização consagradas ao abrigo da Lei Básica da RAEM e do Regimento da Assembleia Legislativa, apresento a presente interpelação escrita ao Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, por escrito, no prazo de trinta dias a contar da sua recepção pelo Chefe do Executivo, segundo o definido pelo Processo de Interpelação sobre a Acção Governativa.

1 – O “Plano de apoio financeiro a pequenas e médias empresas para a instalação de comportas de prevenção de inundações e de bombas de água” foi lançado em Junho do corrente ano pelo Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau (CPTTM), com o financiamento pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC). Até à passagem do tufão Mangkhut por Macau, foram recebidos 499 pedidos, 300 dos quais foram autorizados, e cerca de 190 PME já tinham concluído as obras de instalação¹. Assim sendo, a cada um desses estabelecimentos subsidiados para a instalação de comportas de protecção, o Governo deve efectuar inspecções, elaborando estatísticas e análises à forma como foram afectados pelas inundações e, ainda, sobre os respectivos motivos e os prejuízos registados. Deste modo, poderão ser revistas as condições técnicas das obras de instalação das comportas e o respectivo modelo, elevando a capacidade dessas estruturas na protecção, a curto prazo, contra inundações.

¹ <https://www.gcs.gov.mo/showNews.php?PageLang=C&DataUcn=130204>



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

O Governo efectuou alguma inspecção nesse sentido? Por outro lado, segundo algumas PME, alguns pedidos apresentados para a instalação dessas estruturas de protecção não foram autorizados em tempo útil. Nessa circunstância, como é que as autoridades vão acelerar o processo de aprovação das referidas obras de instalação?

2 – Segundo foi reportado por muitas PME situadas nas zonas baixas e com comportas de protecção instaladas, a inundação ainda ocorre devido ao refluxo da água do mar nas sarjetas, nos esgotos e nas casas de banho, de forma que, mesmo com o funcionamento normal das comportas instaladas, os estabelecimentos comerciais foram inundadas por água suja, numa situação dramática. Deste modo, tendo em consideração o apoio financeiro à instalação de comportas, de bombas de água e de plataforma elevatória, o Governo deve ouvir as opiniões e o balanço da situação efectuado por entidades especializadas e tomar outras medidas de apoio às PME afectadas pelos refluxos, atenuando os seus prejuízos. O Governo vai fazer isso?

3 – Depois da passagem do tufão Hato, a sociedade espera que seja criado um mecanismo aperfeiçoado de coordenação e de organização de voluntariado. Recorde-se que, para efeitos de recuperação da normalidade da sociedade após a passagem do tufão Mangkhut, o Instituto de Acção Social (IAS), em conjunto com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e as instituições de serviço social participantes do “Programa de voluntariado



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

comunitário para situações de emergência”, organizaram e mobilizaram, de imediato, os voluntários que lhes estão subordinados. Além disso, outros organismos e entidades privadas também se juntaram a esses voluntários nos trabalhos de recuperação da normalidade da sociedade. Deste modo, para assegurar a prestação de apoio adequado à recuperação do ambiente de negócio das zonas baixas, o Governo pode coordenar e organizar as estruturas de voluntariado já existentes na sociedade, alargando o âmbito das suas acções para apoiar as PME das zonas baixas a retirarem as suas mercadorias antes da chegada das tempestades. Por outro lado, pode incentivar as associações comerciais e os organismos a esvaziarem os seus espaços para que as PME necessitadas tenham um lugar para a colocação temporária das suas mercadorias, reduzindo ao máximo os seus prejuízos. O Governo vai fazer isso?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Sou Ka Hou

3 de Outubro de 2018